Modelo de Petição de Extinção do Processo de Medidas Protetivas

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | novembro 12, 2024

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO VII JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DA CAPITAL

Processo: 0108091-45.2024.8.19.0001

[NOME DO ADVOGADO], advogado, inscrito na OAB/[UF] sob o nº [NÚMERO], com escritório profissional à [ENDEREÇO COMPLETO], onde recebe intimações e correspondências, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, na qualidade de defensor do réu, apresentar sua

PETIÇÃO DE EXTINÇÃO DO PROCESSO

com fundamento no parecer do Ministério Público, pelos motivos a seguir expostos:

1. **Síntese dos Fatos**: Nos autos, foram deferidas liminarmente medidas protetivas em favor da vítima, a qual foi devidamente intimada a manifestar-se sobre a necessidade de confirmação das referidas medidas. Contudo, a vítima não apresentou qualquer manifestação, permanecendo inerte após a intimação.
2. **Legitimidade da Vítima**: É de conhecimento que a vítima é a parte legítima para pleitear a confirmação das medidas protetivas, conforme disposto no artigo 18 da Lei 11.340/06. A sua manifestação é essencial para a continuidade do processo, sendo ela a melhor juíza de sua própria situação de risco.
3. **Inércia da Vítima**: Diante da ausência de manifestação da

vítima, e conforme o entendimento do Ministério Público, aplica-se o disposto no artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, que prevê a extinção do processo sem resolução do mérito quando a parte autora não promover os atos e diligências que lhe competem.

4. **Pedido**: Assim, em concordância com o parecer do Parquet, requer-se a Vossa Excelência a **EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, nos termos do artigo 485, III do CPC, considerando a inércia da vítima em manifestar-se sobre a necessidade das medidas protetivas.
5. **Considerações Finais**: Por fim, ressalta-se que a extinção do processo não impede que a vítima, caso entenda necessário, busque novamente o sistema de Justiça para pleitear a concessão das medidas protetivas, conforme seu direito.

Nestes termos, pede deferimento.

[LOCAL], [DATA]

[NOME DO ADVOGADO]
OAB/[UF] [NÚMERO]
[TELEFONE]
[E-MAIL]

O que são Medidas Protetivas?
➡ Mecanismos legais para proteger vítimas de violência doméstica
➡ Previstas na Lei Maria da Penha

⚖ **Quando se pede a extinção?**
 Cessação do risco à integridade da vítima
 Reestabelecimento da convivência pacífica
 Desinteresse da vítima devidamente manifestado

 Fundamentos jurídicos

 Art. 24 da Lei 11.340/2006
⚖ Art. 485, VI do CPC
 Princípios do contraditório, ampla defesa e interesse processual

 Conteúdo da petição
1 Endereçamento ao juízo
2 Qualificação das partes
3 Histórico da relação e dos fatos
4 Argumentação jurídica
5 Pedido de extinção do processo

 Cuidados importantes
 Avaliação técnica sobre a viabilidade do pedido
⚖ Fundamentação clara e objetiva
⚖ Consentimento da vítima não basta — juiz decide com base no interesse público

 Link interno: ademilsoncs.adv.br
 Link externo: facebook.com/ademilsoncs.adv

Explicação Estruturada — Petição de Extinção de Processo de Medidas Protetivas

As **medidas protetivas de urgência** têm como objetivo **resguardar a integridade física e emocional da vítima** de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Elas podem incluir afastamento do lar, proibição de contato e outras restrições impostas ao agressor.

Entretanto, nem sempre essas medidas permanecem necessárias no tempo. Situações de reconciliação genuína, ausência de risco atual ou manifestação formal da vítima podem **justificar o**

pedido de extinção do processo que as instituiu.

🕒 Quando cabe o pedido?

- Quando a **vítima manifesta desinteresse** devidamente formalizado;
- Quando **cessam os fundamentos** que deram origem à medida;
- Quando as partes **restabelecem a convivência em harmonia**, com laudos ou documentos que comprovem a mudança da situação.

⚖️ Fundamento legal

A petição pode ser amparada nos seguintes dispositivos:

- **Art. 24 da Lei Maria da Penha** – Aplicável à proteção patrimonial, mas serve como analogia para a extinção em geral;
- **Art. 485, VI do CPC** – Trata da extinção do processo sem resolução de mérito por ausência de interesse processual;
- **Princípios Constitucionais** – como **dignidade da pessoa humana**, **livre manifestação de vontade**, **contraditório** e **ampla defesa**.

📝 Estrutura da petição

O modelo deve conter:

- Identificação do juízo competente
- Qualificação das partes
- Histórico fático e contexto da medida protetiva
- Fundamentação legal e doutrinária
- Comprovação de ausência de risco
- Pedido formal de extinção do processo de medidas

protetivas

Observações importantes

- O juiz **não está obrigado** a extinguir o processo com base apenas na vontade da vítima.
- A **análise do Ministério Público** e da autoridade judiciária é essencial.
- Recomenda-se anexar **provas da estabilidade da situação**, como declarações conjuntas, laudos psicológicos, etc.

FAQ – Petição de Extinção do Processo de Medidas Protetivas

1. O que é uma medida protetiva?
São medidas judiciais para proteger vítimas de violência doméstica, como afastamento do agressor, proibição de contato, etc.

2. Quem pode pedir a extinção da medida?
Geralmente, o próprio advogado da parte envolvida (autor ou réu), com manifestação clara e fundamentada.

3. Basta a vítima querer retirar a medida para ela ser extinta?
Não. O juiz avaliará se **a situação de risco cessou**, considerando o interesse público.

4. Quais os fundamentos legais usados para pedir a extinção?
Art. 485, VI do CPC, princípios constitucionais e analogias à Lei Maria da Penha.

5. É necessário um advogado para entrar com esse pedido?

Sim. Por se tratar de questão jurídica complexa, o acompanhamento por advogado é indispensável.

6. O processo será arquivado automaticamente com a petição?
Não. O juiz analisará o pedido e poderá indeferi-lo se entender que ainda há risco.

7. Quais documentos posso anexar para fortalecer o pedido?
Declarações da vítima, provas de reconciliação, laudos técnicos, ausência de reincidência, entre outros.

8. E se o Ministério Público for contra o pedido?
O juiz ainda pode decidir pela extinção, mas a manifestação do MP é relevante no processo.

9. Existe prazo para pedir a extinção?
Não há um prazo específico, mas deve ser feito **o quanto antes**, caso haja cessação do risco.

10. Onde posso encontrar um modelo de petição confiável?
Você pode acessar o modelo gratuito diretamente no site:
 Modelo de Petição de Extinção – Ademilson CS

Acesse mais conteúdos e modelos jurídicos em: https://ademilsoncs.adv.br/
Siga no Facebook para atualizações: https://www.facebook.com/ademilsoncs.adv/